



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

**AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

**31 de dezembro de 2025**

Com relatório dos auditores independentes sobre as  
demonstrações financeiras

## SUMÁRIO

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	1
RELATORIO DO AUDITOR.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11
3. GESTÃO DE RISCO .....	13
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA.....	17
5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS.....	19
6. CONTAS A RECEBER.....	20
7. OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	20
8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL .....	21
9. INTANGÍVEL.....	22
10. FORNECEDORES .....	23
11. CONTAS A PAGAR A PARTES RELACIONADAS.....	23
12. DIVIDENDOS A PAGAR.....	24
13. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS .....	24
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	26
16. CUSTO COM A ENERGIA ELÉTRICA.....	27
17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	27
18. RESULTADO FINANCEIRO .....	27
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	28
20. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO .....	29
21. COBERTURA DE SEGUROS .....	29
22. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	29

### **Prezados Acionistas,**

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “Afluente”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

### **A Companhia,**

A Afluente é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de geração de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

As usinas estão localizadas no estado da Bahia possuem capacidade instalada total de aproximadamente 18,65 MW.

### **Governança corporativa**

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

### **Responsabilidade ambiental e social**

A Afluente trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

### **Recursos humanos**

O capital humano é extremamente relevante para a Afluente, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

### **Agradecimentos.**

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia no exercício de 2025.

**A Administração.**



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da  
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### **Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 30 de Abril de 2025.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

**AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ativos				Passivos			
Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.935	4.850	Fornecedores	10	1.813	2.065
Contas a receber	6	4.868	4.703	Contas a pagar a partes relacionadas	11	89	11.946
IRPJ e CSLL a recuperar		17	-	Dividendos a pagar	12	8.028	-
Tributos a recuperar		-	45	IRPJ e CSLL		598	-
Despesas antecipadas		46	483	Tributos e obrigações trabalhistas		624	951
Estoque		288	897	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>11.152</b>	<b>14.962</b>
Outras contas a receber	7	709	1.377				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.863</b>	<b>12.355</b>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão para processos judiciais	13	5.469	7.098
Despesas antecipadas		28	75	IRPJ e CSLL diferidos		39	-
Ativo financeiro indenizável	8	23.550	20.735	Outras contas a pagar		874	316
Outras contas a receber	7	5.469	7.098	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>6.382</b>	<b>7.414</b>
		<b>29.047</b>	<b>27.908</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	14	3.581	3.581
Intangível	9	7.448	12.230	Reserva legal		716	716
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>36.495</b>	<b>40.138</b>	Dividendos adicionais propostos		31.527	25.820
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>35.824</b>	<b>30.117</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>53.358</b>	<b>52.493</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>53.358</b>	<b>52.493</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	54.365	52.545
Custo com a energia elétrica	16	(21.268)	(16.678)
<b>Lucro bruto</b>		<b>33.097</b>	<b>35.867</b>
Despesas gerais e administrativas	17	(1.338)	(1.190)
<b>Lucro operacional</b>		<b>31.759</b>	<b>34.677</b>
Receitas financeiras	18	2.498	1.863
Despesas financeiras	18	(139)	(119)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>2.359</b>	<b>1.744</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>34.118</b>	<b>36.421</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.234)	(2.009)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(39)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>31.845</b>	<b>34.412</b>
<b>Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$</b>	20	<b>1,91</b>	<b>2,06</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	31.845	34.412
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>31.845</u></b>	<b><u>34.412</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>3.581</b>	<b>716</b>	<b>24.665</b>	-	<b>28.962</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.412	34.412
Dividendos	-	-	(24.654)	-	(24.654)
Reserva de lucros	-	-	25.809	(25.809)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(8.603)	(8.603)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.581</b>	<b>716</b>	<b>25.820</b>	-	<b>30.117</b>
Lucro do exercício	-	-	-	31.845	31.845
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(25.820)	-	(25.820)
Constituição reserva de lucros	-	-	31.527	(31.527)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(318)	(318)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.581</b>	<b>716</b>	<b>31.527</b>	-	<b>35.824</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<b>34.118</b>	<b>36.421</b>
<b>Ajustes de receitas e despesas</b>			
Depreciação e amortização	9	3.504	3.754
Amortização de ativo de direito de uso		-	38
Baixa de ativo intangível	9	195	19
Atualização ativo financeiro indenizável	8	(929)	(970)
Provisão de juros - passivo de arrendamento		-	(70)
<b>Variações nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber	6	(165)	48
Contas a receber de partes relacionadas		-	8
Tributos a recuperar		28	-
Estoque		609	(780)
Despesas antecipadas		484	(103)
Ativo financeiro indenizável	8	-	279
Outras contas a receber	7	602	(517)
<b>Variações nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores	10	(252)	(696)
Contas a pagar a partes relacionadas		46	43
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		(160)	(365)
Outras contas a pagar		945	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>39.025</b>	<b>37.109</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.803)	(1.957)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>37.222</b>	<b>35.152</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisições de bens do ativo intangível	9	(1.124)	(402)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(1.124)</b>	<b>(402)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	12	(30.013)	(34.927)
Pagamento de arrendamento mercantil		-	(46)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(30.013)</b>	<b>(34.973)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>		<b>6.085</b>	<b>(223)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>4.850</b>	<b>5.073</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>10.935</b>	<b>4.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1 Contexto operacional

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. (“Afluente G” ou “Companhia”), controlada pela Essentia PCHs S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de geração de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as usinas hidrelétricas de Presidente Goulart e Alto Fêmeas. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,65 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Companhia possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para prestação do serviço público de geração de energia elétrica. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028.

No caso da Companhia, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa”).

### 1.2 Contratos de energia

A Afluente G, detentora das usinas Alto Fêmeas I e Presidente Goulart, firmou, em 28 de maio de 2006, Contrato Bilateral Regulado (CBR), por meio do qual comercializa energia elétrica exclusivamente com uma distribuidora localizada na região Nordeste do Brasil, ao preço contratual de R\$ 125,63 por MWh (R\$ R\$ 384,87 por MWh em 31 de dezembro de 2025).

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Energia Assegurada - MWm	Contratos de Venda - MWm	Início da autorização	Fim da autorização
Afluente (i)	Alto Fêmeas I	BA	10,65	8,55	8	01/11/2005	31/10/2027
Afluente (i) e (ii)	Presidente Goulart	BA	8	5,21	9	01/11/2005	31/09/2027

Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são:

(i) Houve a alteração na Lei nº 9.427/1996, que determinou que as outorgas de usinas com prazo de vigência de 30 anos que entraram em operação antes do mês de setembro de 2020 e que não sofreram nenhuma penalidade em decorrência de não cumprimento do cronograma de implantação, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora.

Os principais motivos para os contratos de vendas estarem acima da garantia física são:

(ii) Para a SPE Afluente, a redução da garantia física ocorreu posteriormente à celebração dos contratos de venda de energia (PPAs), resultando em descasamento entre a energia contratada e a energia assegurada vigente.

Adicionalmente, os descasamentos entre energia contratada e garantia física não acarretam ônus regulatório, uma vez que eventuais insuficiências de lastro são compensadas por meio da aquisição de energia no mercado, garantindo o cumprimento integral dos PPAs, sendo a exposição restrita a efeitos econômicos.

### 1.3 Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 5.711 (negativo em R\$2.607 em 31 dezembro de 2024, decorrente substancialmente dos dividendos a pagar no montante de R\$ 11.903)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total do ativo circulante	16.863	12.355
Total do passivo circulante	11.152	14.962
<b>Capital circulante líquido</b>	<b><u>5.711</u></b>	<b><u>(2.607)</u></b>

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2026.

### 2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário

### 2.3 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

<u>Norma / Pronunciamento</u>	<u>Vigência</u>	<u>Principais pontos novos/alterados</u>
CPC 02 -Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
<u>Norma / Pronunciamento</u>	<u>Vigência</u>	<u>Principais pontos novos/alterados</u>
CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; amplia divulgações sobre riscos, inclusive ESG.
CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (substitui CPC 26)	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

## 2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

## 2.5 Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e a de apresentação da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### (b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

## 2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8 – Ativo financeiro:** Valores residuais de ativos vinculados à concessão, indenizáveis ao término do contrato, reconhecidos como ativo financeiro e mensurados com base na expectativa de recuperação futura, incluindo atualização financeira;
- **Nota explicativa 9 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;
- **Nota explicativa 13 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos

### 3. GESTÃO DE RISCO

#### 3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de crédito; e b) risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
		Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

#### Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico *IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros): Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%, e (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2025				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	10.300	1.384	1.038	1.731	692	2.077

### (a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que a Companhia tem apenas um contrato de longo prazo com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (“COELBA”). Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data deste balanço, a Companhia mantinha CDBs e caixa disponível de R\$10.935 (R\$4.850 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos		
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Total geral
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>			
Fornecedores	1.813	-	1.813
Contas a pagar a partes relacionadas	89	-	89
Dividendos a pagar	8.028	-	8.028
Outras contas a pagar	-	874	874
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>			
Fornecedores	2.065	-	2.065
Contas a pagar a partes relacionadas	11.946	-	11.946
Outras contas a pagar	-	316	316

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

### **3.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

### **3.3 Outros riscos considerados relevantes**

#### **(a) Risco regulatório**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### **(b) Risco hidrológico**

Conforme as regras do setor às usinas da Companhia foram atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) valores de Garantia Física que determina o potencial médio de geração estimado para aqueles empreendimentos e, conseqüentemente, o montante de lastro de energia que estas usinas têm para vender no mercado.

Adicionalmente, temos o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um sistema de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Nesse arranjo, a energia efetivamente atribuída a cada usina não depende exclusivamente de sua geração física, mas do desempenho hidrológico agregado do sistema, sendo distribuída proporcionalmente à sua Garantia Física.

Como consequência, períodos de menor hidrologia reduzem a energia alocada a todo o conjunto de geradores hidráulicos ( $G_{SF} < 1$ ), gerando exposição ao mercado de curto prazo, enquanto períodos favoráveis têm o efeito oposto.

Desta forma, o Mecanismo reduz o risco operacional individual das usinas da Companhia participantes, porém mantém uma exposição sistêmica às condições hidrológicas, a qual pode resultar na necessidade de compra de energia para cumprimento de contratos impactando os resultados financeiros da Companhia.

Para mitigar estes eventuais impactos, a Companhia tem uma Política de Comercialização de Energia estruturada, aprovada pelo Comitê de Comercialização de Energia da empresa, onde a área Comercial monitora regularmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo, não deixando a empresa exposta aos riscos de variação de preços do mercado (PLD). Além disso, algumas das usinas do portfólio com contratos no mercado regulado, aderiram à repactuação do risco hidrológico ofertada pelo Governo em 2015/2016, permitindo a transferência de parte dessa exposição aos consumidores mediante pagamento de prêmio. Com a adesão, estas usinas passaram a ter o impacto do GSF limitado à 90%, reduzindo assim a volatilidade financeira em cenários hidrológicos adversos.

### **(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil**

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

### **(d) Mudanças climáticas**

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.
3. Criação de Comitê de Comercialização de Energia que gerencia o balanço energético das controladas da Companhia, monitorando as condições do GSF, e a disponibilidade de cada usina para atendimento de seus contratos, administrando o portfólio da forma mais eficiente possível.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

#### (e) Risco de *impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos.

## 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

### (a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (b) Classificação e mensuração subsequente

#### **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### **Mensuração subsequente de ganhos e perdas**

**VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros,

ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(c) Desreconhecimento**

#### **Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### **Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **(d) Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

### **(e) Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

#### (f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

##### **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

##### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço da Companhia estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	10.935	4.850
Contas a receber	4.868	4.703
Ativo financeiro indenizável	23.550	20.735
Outras contas a receber	6.178	8.475
<b>Passivos financeiros</b>		
Ao custo amortizado:		
Fornecedores	1.813	2.065
Contas a pagar a partes relacionadas	89	11.946
Dividendos a pagar	8.028	-
Outras contas a pagar	874	316

## 5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

### Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Companhia.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos em banco e em caixa	635	10
Recursos em aplicações financeiras (i)	10.300	4.840
<b>Total</b>	<u>10.935</u>	<u>4.850</u>

- (i) As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez imediata, remunerados a uma taxa média de 99,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98% do CDI em 31 de dezembro 2024).

## 6. CONTAS A RECEBER

### Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, visto que a Companhia tem apenas um contrato de longo prazo com a COELBA. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Venda de energia	4.868	4.703
<b>Total</b>	<b><u>4.868</u></b>	<b><u>4.703</u></b>

Segue abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	4.868	4.703
<b>Total</b>	<b><u>4.868</u></b>	<b><u>4.703</u></b>

## 7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

### Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Circulante</b>		
Adiantamento a funcionários	2	-
Adiantamento a fornecedores	26	1.377
Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR (i)	681	-
	<u>709</u>	<u>1.377</u>
<b>Não circulante</b>		
Neoenergia S.A. (ii)	5.469	7.098
	<u>5.469</u>	<u>7.098</u>
<b>Total</b>	<u>6.178</u>	<u>8.475</u>

- (i) Pagamento a maior das quotas de RGR no ciclo de julho/2023 a junho/2024 que será parcialmente compensado e devolvido no ciclo de julho/2025 a junho/2026.
- (ii) Contas a receber referentes ao direito de ressarcimento previsto em contrato de aquisição, relacionado a eventuais desembolsos decorrentes de processos judiciais existentes à data da aquisição da Neoenergia S.A., cuja responsabilidade foi assumida pela parte vendedora. A realização do ativo está condicionada à efetiva materialização dos respectivos processos, os quais são avaliados periodicamente pela Administração.

## 8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

A Companhia foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal conforme Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica pela Afluente G, celebrado entre a Afluente G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

A Afluente G possui somente um contrato de venda de energia que tem como contraparte a COELBA e esse contrato possui a remuneração baseada em tarifa definida pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 167 de 10 de outubro de 2005, com reajustes efetuados anualmente.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão e demais documentos pertinentes ao assunto da desverticalização, como o contrato com a COELBA acima mencionado, a Administração da Afluente G entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo:

**(a)** Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um Ativo Financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

**(b)** Parcela amortizável ao longo do prazo da concessão, classificada como Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 18), cuja recuperação está condicionada à utilização do serviço público, neste caso, ao consumo de energia pelos consumidores.

O valor residual ao término da concessão, correspondente à parcela não amortizada, é classificado como Ativo Financeiro, por representar direito contratual incondicional de recebimento de indenização.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 referente à parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA e considerada como ativo financeiro, é de R\$23.550 (R\$20.735 em 31 de dezembro de 2024).

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>20.043</b>
(-) Baixa	(278)
Atualização financeira	970
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>20.735</b>
Adição	1.886
Atualização financeira	929
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>23.550</b>

## 9. INTANGÍVEL

### Política contábil

#### a) Direito de uso de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

	Direito de concessão (i)	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>15.582</b>	<b>15.582</b>
Adições	796	796
Amortização	(3.754)	(3.754)
Reclassificação	(394)	(394)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>12.230</b>	<b>12.230</b>
<b>Custo</b>	<b>34.344</b>	<b>34.344</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(22.114)</b>	<b>(22.114)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>12.230</b>	<b>12.230</b>
Adições	1.124	1.124
Amortização	(3.891)	(3.891)
Baixas	(195)	(195)
Transferência – Ativo financeiro (ii)	(1.886)	(1.886)
Outros	66	66
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>7.448</b>	<b>7.448</b>
<b>Custo</b>	<b>33.453</b>	<b>33.453</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(26.005)</b>	<b>(26.005)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>7.448</b>	<b>7.448</b>

(i) Saldo é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos societários e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

(ii) Refere-se à reclassificação das parcelas não amortizáveis para o ativo financeiro indenizável.

### Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

## 10. FORNECEDORES

### Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais e serviços	741	1.007
Compra de energia	1.006	259
Encargos regulatórios	66	799
<b>Total</b>	<b><u>1.813</u></b>	<b><u>2.065</u></b>

## 11. CONTAS A PAGAR A PARTES RELACIONADAS

### Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

Empresas	Natureza	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		Passivo circulante	Passivo circulante
Essentia PCHs S.A.	Custo compartilhado	48	43
Chapada Branca Holding S.A.	Custo compartilhado	12	-
Chapada Branca Holding S.A.	Reembolso de despesas	29	-
Essentia PCHs S.A. (i)	Dividendos a pagar	-	11.903
<b>Total</b>		<b><u>89</u></b>	<b><u>11.946</u></b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, os valores estão sendo apresentados na nota explicativa nº 12, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data.

### **Compartilhamento de custos e despesas**

Em 31 de dezembro de 2025 as despesas de folha de pagamento foram registradas na controladora da Companhia e rateadas para as controladas de acordo com a capacidade instalada de cada usina.

### **Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 9.078 (R\$ 4.271 em 31 de dezembro de 2024).

## **12. DIVIDENDOS A PAGAR**

### **Política contábil**

Os saldos de ativos e passivos, são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando aprovados pelos acionistas, ou quando declarados pela Administração, conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados com base no lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária vigente, e registrados como obrigação no encerramento do exercício social, conforme apresentado a seguir:

#### **a) Composição dos dividendos**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
Essentia PCHs S.A. (i)	8.028	-
	<u>8.028</u>	<u>-</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores estão sendo apresentados na nota explicativa nº 11, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data.

#### **b) Movimentação dos dividendos**

<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<u><u>13.573</u></u>
Ingresso	33.257
Liquidação	(34.927)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<u><u>11.903</u></u>
Ingresso	26.138
Liquidação	(30.013)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<u><u>8.028</u></u>

## **13. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS**

### **Política contábil**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

## **Trabalhistas**

Referem-se a ações movidas por ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, danos morais e materiais, equiparação/reenquadramento salarial, adicional de periculosidade, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e ações movidas por ex-empregados de prestadores de serviços (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

### **(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas	5.469	7.098
<b>Total</b>	<b><u>5.469</u></b>	<b><u>7.098</u></b>

### **(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis**

	Natureza	
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b><u>5.933</u></b>	<b><u>5.933</u></b>
Constituição	2.387	2.387
(-) Reversões	(3.527)	(3.527)
Atualização monetária	2.305	2.305
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b><u>7.098</u></b>	<b><u>7.098</u></b>
(-) Reversões	(1.997)	(1.997)
Atualização monetária	368	368
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b><u>5.469</u></b>	<b><u>5.469</u></b>

### **(c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:**

Empresas	<u>Cíveis</u>	<u>Tributários</u>	<u>Total</u>
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	156	8.710	8.866
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b><u>156</u></b>	<b><u>8.710</u></b>	<b><u>8.866</u></b>
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	-	9.190	9.190
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>9.190</u></b>	<b><u>9.190</u></b>

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto:

**(i) Tributárias:** processos judiciais e administrativos, que têm por principais matérias: declarações de compensação de créditos de COFINS e retenção na fonte de imposto incidente sobre rendimentos pagos ou creditados a título de JSCP.

**(ii) Cíveis:** Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

## **14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 3.581, dividido em 12.533.530 ações, totalmente subscritas e integralizadas.

A Companhia não possui um limite de ações autorizadas.

A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	31 de dezembro de 2025 e 2024		
	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Essentia PCHs S.A.	100%	12.533.530	3.581
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>12.533.530</b>	<b>12.534</b>

### (b) Reserva legal

A Companhia constitui a reserva legal em conformidade com o disposto no Lei nº 6.404/1976, mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que atinja o limite de 20% do capital social, conforme previsto na legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante constituído de reserva legal era de R\$716.

### (c) Reserva de lucros

O montante registrado em reserva de lucros refere-se a dividendos adicionais propostos pela Administração, sujeitos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2025, o montante constituído era de R\$31.527 (R\$25.820 em 31 de dezembro de 2024).

### (d) Dividendos

A Companhia destina, no exercício, o percentual de 1% do lucro líquido ajustado a título de dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto em seu estatuto social, permanecendo o montante remanescente do lucro à disposição para deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes destinados e/ou propostos no exercício são apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

## 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

Receita	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com energia	148.920	56.723	149.328	56.039
Receita com energia CCEE	-	107	-	-
Receita de construção (i)	-	1.124	-	-
<b>Deduções</b>				
(-) Impostos sobre vendas	-	(2.074)	-	(2.045)
(-) Encargos sobre concessão	-	(1.041)	-	(1.449)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(474)	-	-
<b>Total</b>	<b>148.920</b>	<b>54.365</b>	<b>149.328</b>	<b>52.545</b>

- (i) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos.

## 16. CUSTO COM A ENERGIA ELÉTRICA

<b>Custo de venda de energia elétrica</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Energia elétrica comprada para revenda (a)	9.723	6.733
Custos de construção	1.124	-
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	2.477	2.090
Custo de operação (b)	7.944	7.855
<b>Total</b>	<b>21.268</b>	<b>16.678</b>

### (a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Energia elétrica comprada para revenda (i)	7.817	5.906
Custo de liquidação CCEE	1.906	827
<b>Total</b>	<b>9.723</b>	<b>6.733</b>

### (b) Custo de operação

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Pessoal	1.599	1.224
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	2.676	2.327
Depreciações e amortizações - direito de uso	-	38
Depreciações e amortizações	3.521	3.716
Outros custos	148	550
<b>Total</b>	<b>7.944</b>	<b>7.855</b>

## 17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Pessoal	422	410
Materiais e serviços de terceiros	407	158
Seguros	440	484
Despesas tributárias	-	1
Outras despesas operacionais	68	137
<b>Total</b>	<b>1.338</b>	<b>1.190</b>

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

### Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	1.569	890
Atualização do ativo financeiro	929	970
Outras receitas financeiras	-	3
<b>Total das receitas financeiras</b>	<u><b>2.498</b></u>	<u><b>1.863</b></u>
<b>Despesa financeira</b>		
Outras despesas financeiras	(139)	(119)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<u><b>(139)</b></u>	<u><b>(119)</b></u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>2.359</b></u>	<u><b>1.744</b></u>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Política contábil

A tributação do imposto de renda e da contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>IRPJ</b>		
Receita com energia	56.829	56.039
Presunção IRPJ (8%)	4.546	4.484
Receita financeira	1.608	1.863
<b>Base de cálculo</b>	<u><b>6.154</b></u>	<u><b>6.347</b></u>
<b>IRPJ 15%</b>	<b>923</b>	<b>807</b>
<b>IRPJ adicional 10%</b>	<b>591</b>	<b>515</b>
<b>CSLL</b>		
Receita com energia	56.829	56.039
Presunção CSLL (12%)	6.819	8.588
Receita financeira	1.608	1.863
<b>Base de cálculo</b>	<u><b>8.427</b></u>	<u><b>10.451</b></u>
<b>CSLL 9%</b>	<b>758</b>	<b>687</b>
Corrente	2.234	2.009
Diferido	39	-
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<u><b>2.273</b></u>	<u><b>2.009</b></u>
<b>Alíquota efetiva</b>	<u><b>3,89%</b></u>	<u><b>3,47%</b></u>

## 20. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

### Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

Resultado básico e diluído por ação	31/12/2025	31/12/2024
Resultado atribuível aos controladores	31.845	34.412
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	16.689	16.689
<b>Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$</b>	<b>1,91</b>	<b>2,06</b>
<b>Resultado básico e diluído atribuível por ação das operações total- R\$</b>	<b>1,91</b>	<b>2,06</b>

## 21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, D&O, responsabilidade civil e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de fevereiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 7.710.

\* \* \*

**Francisco Moya Reina**

Diretor Presidente

**Gabriel Marinho de Farias**

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

**Rodrigo Cesar de Moraes**

Controller

**Fabio Henrique Silva Marques**

Contador

CRC SP-315705/O-3